

## NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA FACE AOS PRINCIPAIS PARADIGMAS DA PESQUISA URBANA NO SÉCULO XX<sup>1</sup>

Aparecida Simoni Alves de CARVALHO<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo destaca a importância do debate acerca da geografia e suas metodologias. É fundamental discorrer sobre os paradigmas que ao longo do século XX vêm orientando a produção da geografia urbana. Entre eles, a Teoria Ecológica e a Teoria Econômica Política Marxista desempenharam papéis importantes no desenvolvimento e avanço da ciência. A geografia urbana brasileira caracteriza-se por uma rica e extensa produção, que se iniciou com o método das monografias urbanas empregado por Pierre Monbeig, e desde então, vem contribuindo com teorias que ajudam na compreensão da cidade e a sociedade.

**Palavras-chave:** Base paradigmática, pesquisa urbana, teoria ecológica, teoria econômica marxista.

Com o objetivo de refletir sobre a pesquisa urbana no Brasil, apresentamos neste artigo algumas reflexões acerca de dois importantes paradigmas que orientaram a pesquisa urbana no século XX. A análise das contribuições teóricas apresentadas por essas duas grandes correntes de pensamento devem ser consideradas vis-à-vis às suas limitações, para que possamos avaliar a evolução dessas pesquisas no Brasil, bem como as perspectivas que se redesenham.

<sup>1</sup> A reflexão apresentada neste texto é resultado das leituras e debates realizados no GAsPERR - Grupo Acadêmico "Produção do Espaço e Redefinições Regionais", entre os bolsistas do projeto integrado de pesquisa "Multi(poli)centralidade urbana: Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto", realizado com o apoio do CNPq, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Bacharelado em Geografia - FCT/UNESP. Endereço para Correspondência: Rua Antonio Nunes, 46 - Vila São Francisco. Pirapozinho (SP) - CEP. 19200-000, Tel.: 241-2691. E-Mail: [depgeo@prudente.unesp.br](mailto:depgeo@prudente.unesp.br)

A exposição que faremos a seguir sobre esses dois paradigmas está apoiada na obra de Gottdiener - *A Produção Social do Espaço Urbano*.

Sabemos do limite a que nos submetemos ao trabalhar com a visão de apenas um autor, contudo, ressaltamos que a intenção aqui não é de confrontar idéias de diferentes abordagens, mas sim de reunir as principais características destes paradigmas, no que acreditamos Gottdiener o fez com grande propriedade.

## 1 UMA BREVE ANÁLISE DA TEORIA ECOLÓGICA: LIMITAÇÕES DE UMA ABORDAGEM

A análise oferecida pela teoria ecológica para explicar a produção do espaço urbano foi por muitas vezes, simplista, óbvia e equivocada, não contribuindo muito para o entendimento da produção do espaço atual: complexo e dinâmico. Mesmo assim, faremos uma retomada das principais idéias que fundamentaram essa abordagem e destacaremos as críticas mais comuns da produção científica apresentada pela teoria ecológica.

Pela perspectiva analítica da abordagem ecológica, a cidade apresentava-se como um ser natural que segue as influências e determinações de um organismo, daí sua própria denominação de Teoria Ecológica, o que pressupõe a busca de princípios científicos caros às ciências naturais e a adoção de um ideal de equilíbrio.

Para refletir sobre esse enfoque da análise urbana utilizaremos algumas idéias levantadas por Gottdiener em "*A Produção Social do Espaço Urbano*".

A questão da produção do espaço urbano revelou-se num importante objeto de estudo das ciências urbanas, como a sociologia, a geografia e economia. Estas ciências, segundo Gottdiener, representam uma abordagem convencional, por apoiarem suas análises num paradigma ultrapassado - a Teoria Ecológica.

Nos Estados Unidos, a Ecologia Urbana teve duas fases: a da Escola de Chicago e a do pós-Segunda Guerra Mundial.

No que se refere à sua primeira fase, três foram os teóricos principais: Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. Mackenzie. E na segunda fase, Gottdiener destaca Amos Hawley. As idéias defendidas por tais teóricos serão discutidas oportunamente a seguir.

Segundo Gottdiener, a ecologia urbana da Escola de Chicago construiu uma teoria baseada "*em fatores behavioristas ou sociobiogênicos para explicar os padrões espaciais*". A segunda fase, por outro lado, está ligada a "*uma visão sistêmica*

*daqueles ajustamentos da sociedade ao meio ambiente que são uma consequência de forças sociais básicas, como a competição econômica*" (1993:37).

Explicitadas as especificidades desses dois momentos, destacaremos algumas questões apresentadas por Gottdiener no tocante ao conteúdo teórico da abordagem ecológica.

O darwinismo social e, sobretudo, a analogia biológica, sem dúvida se tornaram a base de apoio da teoria ecológica para esta abordagem: "*A cidade oferece um mercado para os talentos especiais do indivíduo. A competição pessoal tende a escolher para cada tarefa especial o indivíduo mais adequado a cumpri-la*". (Park, Burgess e Mckenzie apud Gottdiener, 1993:38)

Como numa seleção natural, os indivíduos na sociedade também são naturalmente escolhidos, e portanto, seria "justo" a sobrevivência do indivíduo mais apto, como no reino animal a espécie mais forte sobreviveria. Enfim, assim como na natureza, o que impera no espaço urbano é a lei do mais forte.

Na análise de Gottdiener, essa postura representa o *laissez-faire*, pois o quadro econômico apresenta-se num "*ciclo de competição, entre população de organismos vivos, por localização espacial*", tal argumento darwiniano foi utilizado para justificar a diferente espacialização dos grupos étnicos pela cidade.

Os teóricos da abordagem ecológica defendiam a idéia de que a analogia biológica era realmente eficaz e, assim, procuravam associar aspectos da vida sócio-espacial às células e aos tecidos dos organismos vivos.

Seguindo os princípios darwinianos, outra asserção aplicada foi a do darwinianismo social, segundo o qual a competição econômica determinava a formação sócio-espacial. Então, o comportamento humano estava regulado por leis naturais, de aptidão e competência. E, portanto, justificava-se o melhor desempenho de alguns indivíduos sobre outros, como resultado da competição natural entre os indivíduos.

Gottdiener assinala que coube a Mckenzie e Park explicar a distribuição espacial da cidade através de uma formulação ecológica - a localização espacial da competição biogênica pela terra.

Burgess, por sua vez, seguindo a linha ecológica, tentou produzir uma teoria do espaço identificada com os princípios teóricos da Escola de Chicago. Segundo o autor, o modelo da forma urbana se configurava em três áreas: o centro, o slum e o *commuter*, o que representava a competição entre os grupos sociais e as forças econômicas, pois numa escala hierárquica, as localizações centrais apareciam como as mais importantes.

Como lembra Gottdiener (1933:42): "*Burgess, revelava que a diferenciação interna da área de terra urbana representava um gradiente de patologia social do centro para a periferia*", ou seja, os problemas sociais "*se aglomeravam em zonas situadas ao longo da dimensão radial da cidade (...) a incidência de patologia social diminuía à medida que aumentavam o número de proprietários de casa própria e o status de família nuclear*". Deste modo, a localização central significava dominação espacial. Mas, não explicava, por exemplo, qual era o limite desta dominação.

Gottdiener ressalta também que, tal abordagem ao empregar categorias da realidade empírica a uma unidade abstrata da organização ecológica, levava a uma limitação teórica, que implicava na falta de clareza de suas idéias. Também apoiaram-se numa abordagem unilateral, que não considerava a base multifatorial da organização social. E por último, a Escola de Chicago manteve-se limitada, em seu nível analítico, quando deixou de questionar os aspectos mais importantes da formação social do espaço.

Na segunda fase da ecologia urbana, destaca-se Amos Hawley, que se manteve fiel aos propósitos da Escola de Chicago, "*na medida em que propunha uma teoria do crescimento metropolitano que explicasse a forma urbana (...) a origem e desenvolvimento do espaço de assentamento da comunidade através da ação de forças biogênicas abstratas, internas à própria comunidade*". (Gottdiener, 1993: 45-46)

O mesmo autor aponta algumas limitações da abordagem determinista tecnológica de Hawley, que deu uma excessiva importância aos meios de transporte e comunicações para explicar a diferenciação espacial e funcional da cidade, deixando de lado outras questões importantes como: o conflito social, os interesses que atuam no espaço, a influência dos programas e políticas de governo, a natureza variável da organização econômica e a produção de desenvolvimento espacial desigual, entre outras questões de igual importância ao estudo da estrutura urbana do espaço de assentamento.

Uma vez identificadas as limitações da Teoria Ecológica e a fim de cotejar os dois paradigmas aqui trabalhados, ou seja, a Teoria Ecológica e a Teoria Econômica Política Marxista, passaremos para o próximo item, no qual discutiremos a Teoria Econômica Política Marxista, que tentou dar uma nova e mais completa análise aos estudos urbanos. Tal abordagem veio suplantando as limitações impostas pela Teoria Ecológica, como veremos a seguir.

## 2 ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Como já salientamos anteriormente, a análise urbana marxista desenvolveu-se devido ao vácuo deixado pela Teoria Ecológica e por outras abordagens de origem igualmente convencionais e ultrapassadas, que não contribuíram para a superação das injustiças sociais, cada vez mais evidentes, principalmente, nas regiões metropolitanas. Da mesma maneira, foi pequena a contribuição da Teoria Ecológica para a explicação das novas formas urbanas, face à ausência de uma leitura dialética do espaço urbano, em que a dimensão de processo pudesse se sobrepor à de organização, derivada das leis e princípios que explicam os organismos vivos.

A análise marxista veio, assim, responder às questões deixadas pela Teoria Ecológica e levantar novas problemáticas para a pesquisa urbana.

Gottdiener (1993) ao analisar as pesquisas interessando à compreensão da produção do espaço nos Estados Unidos, pelos teóricos defensores da Economia Política Marxista destaca duas frentes: a do conflito de classes e a da acumulação de capital.

O marco para a análise econômica marxista é a década de 70, quando os marxistas dos Estados Unidos voltaram a atenção para o estudo do espaço urbano, num esforço de análise da sociedade moderna.

A abordagem do conflito de classes tem como seus teóricos: David Gordon, Michael Storper e Richard Walker.

Seguindo a abordagem do conflito de classes, Gordon defendia a idéia de que a descentralização da indústria servia para o controle social, ou seja, isolava-se a força de trabalho para evitar as inquietações e agitações coletivas, evitando assim, o confronto entre as classes. Com tal argumento, o autor, por um lado, explicava a dispersão das atividades pela cidade, e por outro, justificava sua crítica ao insistente determinismo tecnológico das abordagens convencionais.

Storper e Walker defendiam a importância da mão-de-obra e da força de trabalho nas decisões sobre a localização industrial. Tal análise pode ser dividida em dois fatores: os que afetam as mudanças na oferta de trabalho e os que afetam a demanda.

A importância da força de trabalho decorre das "*qualidades incomparáveis da força de trabalho como insumo de produção, um aspecto que a análise convencional não pode reconhecer devido a suas limitações ideológicas*" e no que se refere à demanda de trabalho os autores "*sugerem que as indústrias se localizem onde a oferta de trabalho se ajuste melhor a sua demanda*" (Gottdiener, 1993:86). Ou seja,

no processo de produção industrial toma-se o cuidado de escolher a demanda trabalhadora menos problemática socialmente. Daí a necessidade de uma prévia análise locacional antes da instalação definitiva da empresa, que evidentemente, procura identificar as especificidades regionais mais adequadas ao seu perfil empresarial.

Seguindo uma análise marxista, Storper e Walker contribuíram, e de certa forma, complementaram a Teoria Ecológica ao "*articular as contradições e conflitos entre as forças de produção e as relações capitalistas de produção e reprodução*", no entanto, negligenciaram "*aspectos da hegemonia capitalista que administram a reprodução do trabalho a partir do sistema maior de organização sócio-espacial, isto é, de fora da fábrica*" (Gottdiener, 1993:89).

Como estes autores partem de uma abordagem econômica marxista, esperava-se que realizassem uma análise mais completa. Com razão, Gottdiener os critica devido sua visão unidimensional, ou seja, os autores mantiveram-se atrelados a uma análise interna das fábricas, como se as relações de emprego e de produção fossem apenas dentro da indústria e não se determinassem em contextos mais amplos das relações capitalistas.

Utilizando-se da abordagem econômica marxista da acumulação de capital para explicar as transformações espaciais, David Harvey, de um lado, enfoca o papel do capital financeiro e do Estado para a constituição da forma urbana, e de outro, Allen J. Scott, apoiado na teoria do "nexo da terra urbana" através da abordagem Neo-Ricardiana, busca um maior entendimento das relações capitalistas e sua natureza contraditória. Gottdiener, lembra que esta característica de Scott fez com que sua obra se aproximasse mais de Karl Marx do que a obra de Harvey.

Se por um lado, a obra de Harvey é limitada pela falta de especificação da relação entre espaço e Estado, por outro lado, consegue "*demonstrar como o esforço para acumular capital através da realização de mais-valia e de sua confrontação com o trabalho na luta de classes criou tanto uma estrutura social complexa com frações 'dentro' da classe capitalista quanto um relacionamento variável entre trabalho, capitalistas e o Estado*" (Gottdiener, 1993:95).

Harvey também contribuiu para o entendimento do espaço construído, situando-o no sistema de produção capitalista. Gottdiener explica que Harvey vinculou "*a luta de classes a aspectos mais fundamentais do desejo que tem o capital de socializar a força de trabalho industrial, de administrar o consumo coletivo e de buscar medidas intervencionistas keynesianas. (...) o meio urbano tornou-se um lugar criado para estimular o consumo e manter um alto nível de demanda efetiva dentro de um quadro*

*sobrecarregado de dívidas*" (1993:100). Nesse espaço urbano, a classe capitalista intervém através do Estado para evitar as crises de subconsumo.

Scott, por sua vez, levanta a teoria do nexo da terra urbana, segundo a qual a iniciativa privada controla o desenvolvimento da terra urbana e o Estado intervém para compensar a natureza irracional dos processos de mercado.

Ainda para Scott, a desigualdade do desenvolvimento urbano é algo interno ao processo de produção capitalista. Tal análise é limitada por sua concepção de Estado em nível de planejamento urbano. Isto, segundo Gottdiener, foi um erro fatal, pois nos Estados Unidos a atuação do Estado "*é mais uma questão de 'política pública e de regulação indireta do que de planejamento, embora, ao nível local, haja algum controle do uso da terra*". (1993:111)

Não poderíamos encerrar este item do artigo, sem antes registrar algumas críticas desenvolvidas por Gottdiener à Teoria Econômica Marxista nos Estados Unidos. Uma delas decorre do seu caráter funcionalista.

Ao empreenderem uma interpretação marxista do processo de produção urbana em substituição à ideologia ecológica, seus teóricos esbarraram num "funcionalismo endêmico". Isto quer dizer que trilharam os mesmos caminhos da abordagem ecológica, quando se fundamentaram em explicações predominantemente econômicas, compreendendo "*as causas por seus efeitos*". Tal fato pode ser relacionado ao discurso marxista pautado na asserção de que havia uma "conspiração" dos capitalistas contra a classe trabalhadora.

Enfim, limitavam-se ao raciocínio econômico que previa o crescimento econômico como tema básico para a análise do espaço urbano, então, mantinham-se presos a uma ideologia economicista.

Ainda, segundo Gottdiener, a abordagem marxista, embora tenha superado a análise convencional no tocante ao papel desempenhado pelo Estado na sociedade, foi imprecisa e deficiente, comprometendo o estudo dos fenômenos políticos no espaço urbano.

A Economia Política Marxista, mesmo com todos esses problemas, conseguiu promover uma análise mais verdadeira dos processos urbanos, principalmente em termos mais globais. Como Gottdiener lembra, isso foi mediado pela análise do processo de acumulação de capital e pelo conflito de classes.

Através da concentração de força de trabalho e de capital, a cidade pôde ser vista enquanto uma aglomeração, na qual se produzem e se concentram riquezas. Como também destacou Gottdiener: "*As mudanças sócio-espaciais na cidade*

*são reguladas pela lógica da acumulação de capital e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente". (1993:29)*

Dessa maneira, a Economia Política Marxista, em que pesem suas limitações, contribuiu para o estudo da produção do espaço urbano. Isto veio remediar as lacunas deixadas pela ecologia urbana e, ainda, permitiu a abertura para o debate acerca das dinâmicas urbanas.

Uma vez traçado este rápido panorama dos paradigmas da Teoria Ecológica e da Economia Política Marxista, abordaremos no próximo item a pesquisa urbana no Brasil, traçando seu perfil geral a partir de suas bases paradigmáticas, na tentativa de entender e refletir sobre a orientação que vem tomando o estudo da investigação urbana brasileira.

### 3 A PESQUISA URBANA BRASILEIRA E O ESTUDO DA CIDADE

A geografia urbana brasileira foi fortemente influenciada pela produção francesa e, de certa forma, tem acompanhado com ritmos diferentes e, às vezes, com defasagens temporais, o debate realizado pelos pesquisadores deste país.

Christian Topalov tem trabalhado com a idéia da crise da pesquisa, ou nas próprias palavras do autor, a "*crise dos nossos conhecimentos*", quando considera que: o objeto da pesquisa urbana se dissipa, as instituições se esfacelam e os conceitos se esgotam (1988:5).

O quadro atual da pesquisa urbana francesa, traçado pelo autor, não é nada animador. Vê-se desaparecerem os objetos de estudos da pesquisa urbana, com a recessão das metrópoles, das regiões industriais, dos projetos planejadores, dos movimentos sociais, dos financiamentos do planejamento e da pesquisa urbana, dos modelos teóricos, ainda que se verifique um retorno ao positivismo. Assim, observa-se uma deflagrada crise dos objetos de estudo, e portanto, dos "saberes sobre a cidade".

Para Topalov (1991) há uma "crise urbana" porque também existe uma "crise econômica", uma "crise de desenvolvimento", e por isso, o próprio conhecimento está em crise. É fundamental para dar início aos nossos saberes admitir a dupla ilusão da "*ciência livre de amarras e a de uma política científica*" (Topalov, 1991)

Nesta perspectiva, a análise da pesquisa urbana deve continuar a ser realizada e repensada. Para a análise dos nossos saberes, abordaremos a produção geográfica brasileira sobre a cidade para fazer a reflexão da qual nos sugere Topalov.

A geografia tem produzido importantes trabalhos que têm contribuído para o estudo da cidade e do urbano<sup>3</sup>. Rica e vasta, assim podemos definir tal produção, e por essa razão parece-nos difícil a tarefa de resgatar e agrupar em uma única obra, toda a produção realizada pela geografia urbana brasileira. Tal proeza foi realizada por Abreu (1991), no texto intitulado *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação*, no qual apresenta uma análise de grande parte da produção geográfica sobre a cidade. Utilizaremos tal obra para resgatar a produção geográfica brasileira.

Nos "primórdios" da geografia brasileira (início do século), a Escola Francesa (representante da Geografia Tradicional) influenciou notadamente nossa produção geográfica. Nomes como Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Carlos Delgado de Carvalho tiveram um papel importante na construção de novas teorias e metodologias geográficas, ao romperem com os métodos enciclopédicos.

Monbeig, por exemplo, empregou o método das monografias urbanas, ao fazer a "síntese urbana", integrando dados físicos e humanos - sítio, posição, evolução histórica, fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade - uma nova forma de estudar as cidades.

De acordo com Abreu (1994), a Teoria Ecológica tentou penetrar no país com Donald Pierson, mas sem muito sucesso, pois concorreu na época (década de 40) com os métodos já difundidos por Monbeig, cuja base era predominantemente ideográfica. Pierson, por sua vez, tentava propor uma nova abordagem de caráter processual, como todo trabalho de origem ecológica. Tais propostas mostraram-se antagônicas, visto que, enquanto Monbeig buscava representar o peculiar e o único, Pierson buscava o geral e o uniforme.

Embora a proposta do sociólogo Pierson fosse tentadora, era contrária ao modelo de geografia que se implantara no Brasil no final da década de 30, e que se manteve até meados da década de 60.

A criação da AGB teve um papel de destaque na produção do conhecimento geográfico devido a suas práticas inovadoras. As periódicas assembléias permitiam a troca de experiências entre os geógrafos e os trabalhos de campo permitiam o desligamento com a geografia de gabinete.

Em 1956, com o XVIII Congresso Internacional de Geografia, renovou-se o ponto de vista e os métodos da geografia. Gradualmente, a atenção dos geógrafos

<sup>3</sup> Para ilustrar melhor a produção da ciência urbana, construímos um quadro que reúne o perfil da pesquisa urbana desde a década de 1940, que pode ser encontrado ao final deste artigo.

deslocou-se para o estudo da organização interna das cidades (suas relações de fixos e fluxos) e da dinâmica de estruturação do espaço metropolitano.

Contribuíram para essa mudança a transferência da capital brasileira em 1960 para Brasília, a transformação da base econômica do país, indicando a necessidade de estudar as novas relações entre fixos e fluxos, bem como as novas formas de organização interna das cidades. Essas novas determinações, impostas pelas mudanças mais amplas, permitiram à geografia urbana brasileira deixar de realizar estudos do tipo padrão, o que representou um amadurecimento da geografia.

A geografia tradicional presente até 1960, com a Escola Francesa, deixou um legado extenso sobre o conhecimento das cidades brasileiras. A renovação do pensamento geográfico, a partir de 1960, gerou posturas niilistas, ainda que minoritárias, em relação à geografia tradicional, que pretenderam reduzir a zero o trabalho de mais de quarenta anos.

Assim, os anos 60 representaram um período de transição na produção geográfica brasileira, que até então, tinha um cunho descritivo, pois se limitava à aparência de casos individuais.

A proposta empirista-naturalista contribuiu para o avanço teórico e conceitual na geografia. Categorias como a paisagem, região, território e espaço voltaram a ser estudadas com trabalhos de qualidade.

A retomada da Teoria Ecológica, principalmente do seu enfoque geral e uniforme, tomou o lugar do particular e único da Escola Tradicional de Geografia. E deste modo, a Teoria Ecológica foi resgatada pelos pesquisadores dos anos 70.

Este período representou também a recuperação de elementos conceituais da Ecologia Urbana, embora se destaque muito mais o uso dos procedimentos metodológicos atinentes a esse paradigma.

Nesta fase de produção geográfica alguns nomes destacam-se na Geografia Quantitativa, como lembra Vasconcelos (1994): Speridião Faissol, Sylvio B. M. Silva, Christine N. Silva e Sônia O. Leão. Esta fase geográfica foi acompanhada de perto pelo IBGE, que encomendava muitos trabalhos de interesse para as políticas estatais de planejamento.

A partir de 1960, a revolução quantitativa apregooou a preocupação da aplicabilidade da geografia, dando "linguagem científica", a fim de lhe oferecer o status científico. A produção geográfica sobre a cidade, realizada sob esse prisma, tinha uma preocupação com o planejamento urbano. Alguns temas trabalhados, já na década de 1970, foram: hinterlândias e redes urbanas, pólos de crescimento,

centralidade urbana, fluxos interurbanos e inter-regionais, regionalização, geralmente apoiados nos censos de 1970. Havia a busca por padrões espaciais de distribuição de fenômenos no espaço urbano.

A Revolução Neopositivista na geografia urbana brasileira esteve ligada ao planejamento estatal e ao estado autoritário, quando este entra em crise (regime militar), leva junto a "geografia quantitativa". O início dos anos 70 vive a crise da geografia.

A opção pelo paradigma teórico-quantitativo, de influência anglo-saxônica, resultou num certo abandono do estudo das cidades de forma particular, voltando-se para a análise urbano-regional dos estudos sistêmicos das cidades, utilizando-se para isto métodos estatísticos.

Após o período de crise, os novos tempos da geografia urbana são marcados pela chamada geografia crítica ou geografia de denúncia. Esse novo período contempla trabalhos que visam relacionar o processo social com as formas espaciais, de modo a tornar a geografia mais analítica do que descritiva. O espaço é encarado como produto resultado do trabalho do homem, portanto, um produto material-social.

Na entrada da década de 80, a geografia dá maior ênfase aos estudos dos conflitos de classes, interessa-se pela discussão das condições sócio-espaciais que permitem o direito à cidade e se preocupa com as relações de produção que os homens estabelecem em cada momento.

O caráter eminentemente economicista da abordagem Econômica Política Marxista, do qual Gottdiener critica, também está presente nas obras brasileiras na fase que Abreu assim como outros autores classificam de Geografia Crítica. Além desse aspecto, a pesquisa teórica em geografia, ao buscar a teorização e, principalmente, a essência "está perdendo muitas vezes o caminho de volta à aparência, negando-se então a relação dialética que se estabelece entre as duas". (Abreu, 1994: 279)

Pelo que foi descrito da produção urbana brasileira, podemos dizer que esta tem se caracterizado por uma evolução de sua base teórico-metodológica. E a história tem mostrado que são nos períodos de crises que a ciência se fortalece e dá grandes avanços em suas metodologias e análises, pois novos horizontes se formam. Como o próprio Topalov reconhece sempre *resta a crença*.

O perfil aqui esboçado procurou situar a pesquisa e o pensamento urbano geográfico brasileiro a partir de suas muitas influências externas. A história da geografia urbana apresenta-se dividida em três fases: Geografia Tradicional ou Clássica, Geografia Neopositivista ou Quantitativa e Geografia Crítica, cujas influências sofridas

orientaram cada postura paradigmática adotada. Se de um lado cada fase contribuiu para a compreensão da cidade e sociedade, de outro deixou lacunas que aguardam ser preenchidas por uma análise geográfica menos reducionista.

### SÍNTESE DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DA PESQUISA URBANA\*

PERÍODO	BASE PARADIGMÁTICA	PRÁTICAS METODOLÓGICAS PREDOMINANTES	OUTRAS CORRENTES (OU) DOCTRINAS	PRINCIPAIS TEMAS DE PESQUISAS	AUTORES REFERENCIAIS
1940-60	Positivismo	- Empirismo - Metodologia Monbegiana (Monografia Urbana) - Reuniões Científicas - Trabalho de Campo	- Determinismo - Funcionalismo - Naturalismo - Possibilismo	- Abastecimento Urbano - Centro e Subúrbio - Fluxos - História e Estrutura da cidade (Estudo do Núcleo Urbano) - Metropolição - Organização Interna da Cidade	- Aroldo de Azevedo - Pierre Deffontaines - Delgado de Carvalho - José R. de Araújo Filho - Vidal de La Blache - Nice Lecocq Müller
1960-70	Neopositivismo	- Caráter linear e Determinista - Empirismo-Naturalista - Fetichização do Espaço - Método Hipotético Dedutivo - Quantitativa	- Ecologia Humana Neoclássica - Neoliberalismo - Marxismo - Positivismo	- Aglomerados metropolitanos - Centralidade Urbana - Fluxos Interurbanos e Inter-Regionais - Hinterlândia - Industrialização - Pólo de Crescimento - Questões Sociais - Redes Urbanas - Regionalização e Mobilidade Espacial - Shopping Centers	- David Harvey - Jean Lojkin - Manuel Castells - Milton Santos - Pedro Pinches Geiger - Roberto Lobato Corrêa
1983-89	Materialismos Histórico e Dialético	- Percepção Comportamental - Ênfase Teórica - Epistemologia Analítica (Monografia Urbana) - Reuniões Científicas - Trabalho de Campo	- Marxismo Estruturalista - Neoliberalismo - Semiologia Urbana - Neoliberalismo	- Agentes da Produção do Espaço Urbano - Degradação Ambiental - Dinâmica do Espaço Urbano - Direito à Cidade - Expansão Territorial - Movimentos Sociais Urbanos - Shopping Centers	- Amelia Damiani - Ana Fani A. Carlos - Arlete M. Rodrigues - Ariovaldo U. de Oliveira - David Harvey - Henri Lefebvre - Jean Lojkin - Manuel Castells - Maria E. Beltrão Sposito - Mauricio De Abreu - Milton Santos - Odete Seabra - Roberto Lobato Corrêa - Silvana Pintaudi

Com base em:

ABREU, M. A. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 199 - 322.

CORAGGIO, J.L. Dilemas da Investigação Urbana a partir de uma Perspectiva Popular na América Latina. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p. 50-67, 1988.

TOPALOV, C. Fazer a História da Pesquisa Urbana: a experiência francesa desde 1965. In: *Espaço & Debates*, nº 23, p 5-30, 1988

Organizadores: Aparecida Simoni Alves de Carvalho, Eduardo Augusto Wernek Ribeiro e Tânia Bovolato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad.: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: **Espaço & Debates**, n. 23, p. 5-30, 1988.

\_\_\_\_\_. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?. In: **Espaço & Debates**, n.34, 1991.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade da geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 63-78.

## POR UMA HISTÓRIA ECOLÓGICA DA PAISAGEM

Messias Modesto dos PASSOS<sup>1</sup>

**Resumo:** Abrir a história das paisagens rurais por um quadro geográfico é supor o problema ecológico resolvido. É mumificar um espaço artificialmente estabilizado no tempo e delimitar no espaço; senão falsificar, ao menos embaraçar de pressupostos a análise das relações históricas entre as comunidades do campo e os meios físicos, é finalmente congelar o movimento da natureza e da história, quando o que se precisa é colocá-lo em evidência. A evolução histórica das paisagens, regra geral, é negligenciada pelos ecologistas – pouco familiarizados com os fatos e os documentos históricos –; pelos historiadores que, com raríssimas exceções, não interpretam os documentos relativos ao meio “natural”, e pelos geomorfólogos, que enfatizam mais o conhecimento dos meios quaternários em detrimento da dinâmica atual das paisagens, ou seja, ignoram o período histórico. O espaço rural é uma criação humana permanente, que depende não somente das populações camponesas que o cultivam e que nele vivem, mas também de uma parte da burguesia urbana que detém o domínio político e imobiliário. Mas o espaço rural não existe fora das condições naturais. Ele é uma realidade ecológica.

**Palavras-chave:** Eco-história, paisagem rural, determinismo, possibilismo, sociedade, natureza.

### 1 INTRODUÇÃO

A paisagem ocupou e ocupa um lugar todo particular no campo da geografia. No entanto, o seu conceito dividiu e divide os geógrafos. Ele opõe os que têm a geografia como ciência da paisagem àqueles para os quais a paisagem é uma noção vazia, negativa...

A paisagem considerada como objeto central da geografia data dos anos 1920, após a concepção de uma geografia centrada sobre as relações entre as sociedades

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador, junto à UNESP, do Projeto GEOIDE (Geografia Investigação para o Desenvolvimento) apoiado pelo Programa ALFA (América Latina Formação Acadêmica) da Comunidade Européia; Atualmente, coordena também, o Projeto “Mato Grosso: do Atlântico ao Pacífico”, com auxílio do CNPq. Endereço para Correspondência: Departamento de Geografia, Caixa Postal: 957. Presidente Prudente (SP). CEP. 19060-900. Tel. (018) 221-5388; FAX (018) 223-2227. E-Mail: [passos@stetnet.com.br](mailto:passos@stetnet.com.br)